REDE MUSSI

Anais 2012

2ª Jornada Científica Internacional da Rede MUSSI

Redes e processos info-comunicacionais: mediações, memórias, apropriações

RÉSEAU MUSSI

2e Journée Scientifique Internationale du Réseau MUSSI

Réseaux et processus info-communicationnels: médiations, mémoires, appropriations

Saberes, mediação e redes na produção do espaço urbano: um olhar sobre o Capela Velha, Nova Lima

Savoirs, médiation et réseaux dans la production de l'espace urbain: un regard sur le Capela Velha, Nova Lima

Knowledge, networks and mediation in the production of urban space: a look at the Capela Velha, Nova Lima

Denise Morado Nascimento
Professora do Departamento de Projetos (PRJ/EAUFMG) e do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/NPGAU/EA, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Brasil

Marcela Silviano Brandão Lopes
Doutoranda do NPGAU/EA/UFMG

Junia Maria Ferrari de Lima
Doutoranda do NPGAU/EA/UFMG

Camila Alberoni Neves de Assis, Paulinisia de Carvalho Braga e Luiza Bastos Lages
Estudantes de Arquitetura da EA/UFMG

RESUMO

A proposta do artigo é apresentar os avanços e as limitações referentes aos processos vivenciados em torno da elaboração de contraposições à atual produção do espaço urbano, que possibilitem a sua apropriação democrática pelos moradores. Iniciamos pela explicitação da mediação da informação em rede, aqui entendido como lugar onde a prática social acontece, que faz com que os processos de tomadas de decisão existam a partir da intervenção dos atores sociais, tornando-os legítimos na medida em que são práticas sociais compartilhadas. Em seguida, o artigo explicita a aproximação e o compartilhamento dos diversos saberes dos agentes presentes e atuantes no bairro Capela Velha, Nova Lima; área que abriga cerca de 115 famílias com renda familiar de até três salários mínimos. Ao se discutir a mediação, consideramos tanto o saber científico da universidade (professores arquitetos e estudantes), ou de outros com saberes técnicos, quanto o saber prático, próprio do cotidiano dos moradores.

Palavras-chave: Capela Velha; práticas sociais; redes sociais de compartilhamento; mediações

ABSTRACT

The aim of this paper is to present the advances and limitations regarding the processes experienced around the development of alternatives to the current production of urban space, enabling its democratic ownership by residents. We start from the concept of the mediation of information through networks, understood here as a place where social practice occurs, which enables the making-decision processes from the involvement of social actors, turning into legitimate processes since they are shared social practices. Following the theoretical argument, the article explains the approximation and sharing of knowledge of the various present and active agents in the neighborhood called *Capela Velha, Nova Lima*; an area that

houses about 115 families with income up to three salaries minimum. In discussing the mediation, we consider both scientific knowledge from the university (architects and students) and from technicians, and the practical knowledge, inserted into the daily lives of residents.

Key-words: Capela Velha, social practices, social network; mediation

RÉSUMÉ

Le but de cet article est de présenter les avancées et les limites concernant les processus vécus autour du développement de contrastes à la production actuelle de l'espace urbain, ce qui permet l'appropriation démocratique par les résidents. Nous commençons par mettre en évidence la médiation de l'information en réseau, entendue ici comme un lieu où se produit la pratique sociale, ce qui rend les processus de prise de décision il ya de l'intervention des acteurs sociaux, ce qui rend légitime dans la mesure où les pratiques sociales sont partagées. Puis l'article explique l'approche et le partage des connaissances sur les différents agents présents et actifs dans le quartier de *Capela velha*, *Nova Lima*, une zone qui abrite environ 115 familles dont le revenu pouvant aller jusqu'à trois salaires minimums. En discutant de la médiation, nous considérons à la fois des connaissances scientifiques et de l'université (architectes professeurs et les étudiants), ou ceux ayant des connaissances techniques et des connaissances pratiques de ses propres de la vie quotidienne des résidents.

Móts-cle : Capela Velha ; pratiques sociales ; réseau sociaux ; médiations

1. INTRODUÇÃO

Apresentam-se os avanços e as limitações referentes às práticas colaborativas vivenciadas na execução do projeto de pesquisa e extensão nomeado *Diálogos*, desenvolvido pelo grupo de pesquisa "Práticas sociais no espaço urbano" (PRAXIS) da Escola de Arquitetura da UFMG.[i] Tal projeto tem como objetivo elaborar contraposições à atual produção do espaço urbano, de modo a possibilitar a sua apropriação democrática pelos moradores.

Explicitamos a mediação da informação em redes como pressuposto da prática pela transformação social dos processos de produção do espaço urbano. Ao se discutir a mediação, consideramos tanto o saber científico da universidade (professores arquitetos e estudantes), ou de outros com os saberes técnicos, quanto o saber prático, próprio do cotidiano dos moradores, construídos e compartilhados em redes.

Não possuindo uma metodologia pré-estabelecida, a mediação encontra-se completamente interdependente da relação comunicativa. E, por isso, outros meios (linguagem, suporte, instrumentos) passíveis de utilização no compartilhamento de informações entre arquitetos, técnicos e famílias envolvidos na produção do espaço são elaborados, muito além da proposta do desenho técnico codificado, próprio do campo da arquitetura. Permite-se, assim, a promoção de uma relação interativa, compartilhada e adequada entre os mesmos envolvidos.

O relacionamento horizontalizado de saberes, promovido a partir do compartilhamento de informações, insere-se no paradigma participativo desenvolvido pelo educador Paulo Freire, a partir do reconhecimento dos sistemas de conhecimento (técnico-científico, sócio-cultural, tradicional ou "experencial", referenciados pela realidade sócio-econômica) de todos os envolvidos nos processos.

Sendo assim, o artigo pretende explicitar as atividades realizadas e os resultados alcançados a partir da aproximação e compartilhamento dos diversos saberes dos agentes presentes e atuantes no bairro Capela Velha, Nova Lima. Próxima à cidade de Belo Horizonte, a área abriga cerca de 115 famílias com renda familiar de até três salários mínimos.

2. A PESQUISA

Uma análise mais próxima revela que as atuais políticas públicas estão distantes de promover processos compartilhados para que os cidadãos possam efetivamente interferir nos processos de decisão referentes à produção do espaço urbano. Determinações formais, construtivas e técnicas, tanto do setor da indústria da construção quanto do Estado, muitas vezes em parceria, como o programa Minha Casa Minha Vida, são ainda apresentadas como *soluções* para a cidade.

Nesse bojo, a Lei Nº 11.888/2008, Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, foi criada para assegurar às famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos) assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia.[ii] De acordo com a relatora da Comissão de Desenvolvimento Urbano, por ocasião da aprovação do projeto, a proposição de assistência técnica "é de relevância social, uma vez que retrata a justiça social para as populações mais carentes do nosso País, cuja população terá o benefício da assistência de profissionais habilitados para a edificação, reforma e construção de sua habitação".[iii]

Entretanto, entende-se aqui que o alcance da Lei de Assistência Técnica somente poderá ser positivo se, e somente se, os processos produtivos da habitação incorporarem a cidade ao *direito à moradia*. Isso quer dizer que, como pressuposto, a moradia não é objeto ou produto, mas, ao contrário, deve incorporar o irrestrito e real direito das famílias pobres compartilharem a cidade.

Não nos parece que a relevância social (incluindo-se o compartilhamento de informações e do conhecimento) seja a preocupação dos interessados, entre eles instituições de classe, na

aplicação da Lei 11.888. Parece-nos que o interesse em acessar uma faixa de mercado é maior do que as intenções de enfrentar a construída distância entre arquitetura e *clientes*, especialmente aqueles com renda de 0 a 3 salários mínimos.[iv]

A pesquisa Diálogos, portanto, coloca-se oposta à atuação convencional do arquiteto que desenvolve projetos desconsiderando o indivíduo como participante ativo dos processos de decisão referentes à produção do espaço urbano. Muito distante de acessar uma faixa de mercado, os objetivos da pesquisa são compartilhar informações, alimentar sistemas de conhecimento, apreender vivências e construir uma relação mediada e desejada entre os envolvidos nos processos produtivos do espaço. É, dentre várias, a possibilidade de exercitar a universidade aberta para as "práticas sociais, mesmo quando não informadas pelo conhecimento científico, que nunca é único."[v] O direito à assistência técnica, garantido legalmente, pode ampliar-se, então, a partir de dois aspectos.

Primeiramente, o direito como algo que se constitui em um exercício ativo; assim, não pode ser confundido com o mero acesso passivo a bens, serviços ou informações inteiramente definidos por outros. Nesse sentido, está a real possibilidade da apropriação de objetos (bens ou serviços) - entre eles moradia, mas também museu, escola, hospital, equipamentos públicos, parques, praças, transporte coletivo e individual, espaço público, etc., a partir da transformação da relação de forças atuantes na distribuição desses no espaço físico da cidade.

Em segundo lugar, a dimensão técnica a ser balizada e confrontada com as dimensões social, política, cultural e econômica. Enfatizamos as reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2005) referentes ao questionamento da posição corrente de que assuntos técnicos devem ser da competência exclusiva dos especialistas, e só os assuntos não técnicos podem ser deixados para os leigos. Concebemos a assistência técnica numa abordagem – a mediação da informação em redes – que não considera a separação hierárquica entre leigo passivo e especialista autoritário. Caso contrário, a assistência técnica adquire um caráter assistencialista e unidirecional, em detrimento de uma política que poderia auxiliar as famílias pobres a saírem da condição de necessitados.

Para tal, pressupõe-se que o conhecimento técnico pertencente ao campo da produção do espaço urbano deva ser enriquecido e balizado com outros conhecimentos, e compartilhado, permitindo tanto a transformação do conhecimento dos moradores como também a transformação do próprio conhecimento científico.

Sendo assim, se há a pretensão de que arquitetos, e também técnicos, compartilhem conhecimento com moradores (ação historicamente não construída pelo campo de arquitetura ou outros afins), é preciso, antes de mais nada, entender o modo de representação e comunicação da informação subjacente a esse mesmo conhecimento. O conhecimento técnico do profissional arquiteto precisa ser representado e comunicado para que o morador possa absorvê-lo e transformá-lo em conhecimento. Se assim desejado, sem imposições por parte de quem tem o conhecimento técnico. Em razão desse entendimento, o projeto insere meios passíveis de utilização no compartilhamento de informações entre arquitetos e moradores envolvidos na produção do espaço urbano, que possam permitir a promoção de uma relação interativa, compartilhada e adequada entre os envolvidos.

O conhecimento, assim, é uma via a ser compartilhada pela produção, transferência e comunicação de informações, mas, ao fim, muito além daquelas que são somente técnicas, alimentando e transformando, assim, os vários sistemas de conhecimento de todos os envolvidos nos processos.

3. A LEITURA DE CAPELA VELHA[vi]

Situado no distrito de São Sebastião das Águas Claras, mais conhecido como Macacos, o bairro Capela Velha localiza-se a aproximadamente 12 km da sede do município de Nova Lima. Segundo dados da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura, o assentamento possui área de 16,7 ha e constitui-se ainda em uma região pouco adensada, com cerca de 115 domicílios e muitos lotes vagos, apesar da franca expansão observada nos últimos anos (PMNL, s.d.).

O principal acesso ao bairro se dá pela rodovia BR-040, que liga o distrito de Macacos ao bairro Jardim Canadá, a Nova Lima e também a Belo Horizonte. Há um acesso secundário, por via não pavimentada, que liga o bairro à sede de Nova Lima. Macacos e Jardim Canadá, além de constituir as principais centralidades, suprem as demandas por comércio e serviços dos moradores de Capela Velha (por exemplo, Posto de Saúde, Programa de Saúde da Família e escolas próximas acessadas pelo transporte escolar municipal gratuito).

Segundo o Diagnóstico da Situação Habitacional de Nova Lima, a ocupação do bairro Capela Velha começou há aproximadamente 20 anos, sobre terreno pertencente à Igreja Mitra Arquidiocesana destinado à construção do cemitério; em entrevista realizada para o desenvolvimento deste diagnóstico, uma moradora afirmou que a igreja doou os lotes para

filhos de famílias nativas de Macacos (PMNL, 2010). Portanto, as primeiras ocupações residenciais teriam sido decorrentes de doações de terra, seguidas de ocupações espontâneas e/ou clandestinas. (PMNL, 2010)

A estrutura fundiária é composta por lotes de 360 m² a 520 m², de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Nova Lima (PMNL, 2010). A grande maioria dos lotes, entretanto, já está subdividida em pelo menos dois domicílios; as residências unifamiliares são de até 2 ou 3 pavimentos, em função da topografia local que favorece construções escalonadas. A maioria das edificações apresenta sistema construtivo em alvenaria, geralmente sem acabamento. A ocupação é caracterizada como espontânea sobre parcelamento não aprovado, com predominância de população com renda familiar média de até três salários mínimos.

A declividade da área é bem acentuada e há a ocorrência de cortes de terreno pouco criteriosos. Ainda que não haja registros de ocorrências de desastres geológicos locais, os diagnósticos elaborados pela Prefeitura Municipal de Nova Lima (PMNL, s.d.) consideram o bairro como área livre de risco alto e/ou muito alto.

Com relação à infraestrutura urbana, todo o bairro é atendido por abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo. O esgotamento sanitário "é realizado por fossas individuais que recebem as águas negras, enquanto o restante das águas servidas são lançadas diretamente nas ruas" (PMNL, s.d.) que não são pavimentadas, exceto por um pequeno trecho em pedras localizado na porção oeste do bairro. A estrada que liga o bairro à Sede do município também não é pavimentada, mas a via que liga o assentamento ao distrito de Macacos possui pavimentação asfáltica.

O assentamento encontra-se inserido na Zona Especial de Requalificação Urbana (ZERU), que é caracterizada pela presença de "áreas livres para implantação de projetos monitorados pelo poder público municipal a fim de se evitar a deterioração da área", de "áreas construídas com problemas de infra estrutura urbana decorrentes da urbanização, cuja efetivação se deu fora do controle ou com ausência do poder público local", de "áreas onde existam problemas de regularização fundiária que envolvam edificações construídas e que, a seu tempo, se configuraram como locais preferenciais para crescimento da irregularidade de edificação na cidade", e de "áreas onde existam sítios com interesse para preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural." (PMNL, s.d.)

Os primeiros espaços públicos edificados foram o cemitério e o campo de futebol, ambos localizados a sul, na porção mais elevada do bairro. Atualmente, esses espaços permanecem, ainda que de forma precária, além da praça de entrada do bairro – Praça da União, e também dos comércios locais e das igrejas de pequeno porte entremeados ao tecido residencial. Além de ser a principal centralidade, a Praça da União serve de acesso ao bairro e abriga o único ponto de ônibus da região, que liga Capela Velha a Belo Horizonte. Entretanto, o local não possui demarcação ou qualquer equipamento público que a caracterize como praça, apesar de ser considerado o ponto de encontro e de referência do bairro e, portanto, demanda da grande maioria, no sentido de melhorar suas condições de uso e de apropriação.

Podemos dizer que a Praça da União é reflexo das lutas sociais historicamente travadas pelos moradores do Capela Velha em torno do acesso democrático ao espaço público. Na medida em que a praça é considerada ponto de encontro e referência do bairro, acolhe simbolicamente a demanda da grande maioria no sentido de melhorar as condições de uso e de apropriação do bairro, podendo gerar ganhos e benefícios coletivos ao longo do tempo.

4. TRANSFORMANDO CAPELA VELHA

Professores e estudantes da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como pesquisadores do projeto Diálogos, partiram da leitura do lugar em direção à aproximação com as famílias, objetivando o compartilhamento entre os saberes, acadêmicos e locais, em prol da construção de respostas efetivas e coerentes para o bairro. Nesse sentido, a Praça da União foi inserida como questão a ser também abordada pelas disciplinas do curso de Arquitetura da UFMG: Projeto de Arquitetura - Arquitetura Aberta[vii] e Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo - Intervenções em Assentamentos Precários (OFIAUP)[viii], segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012. Estabeleceu-se, a partir daí, a parceria entre estudantes de graduação e pesquisadores do PRAXIS.

O processo foi intermediado, a princípio, pela Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento de Nova Lima, em razão de termo de cooperação técnica firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Lima (PMNL) e o grupo PRAXIS. Apesar desse acordo ter sido interrompido ao meio das atividades por parte da administração municipal, a parceria entre alunos e pesquisadores caminhou.

A aproximação com as famílias deu-se de forma gradual e crescente, a partir de um pequeno grupo de moradores que se mostrou interessado no compartilhamento das experiências. Na

primeira reunião, sete moradores compareceram à reunião agendada; mesmo que em número não expressivo, evidenciaram o grande interesse para uma ação conjunta com a universidade. Por essa razão, reuniões seguintes aconteceram em torno do compartilhamento de informações e da elaboração de práticas colaborativas.

De imediato, alguns aspectos revelaram-se importantes na condução das atividades. O primeiro refere-se à participação das famílias nos processos propostos; o segundo aspecto está relacionado à linguagem utilizada no compartilhamento de informações.

Primeiro, o aspecto da participação. O grupo utilizou-se, a principio, da residência de uma das lideranças do bairro como ponto de encontro para as reuniões, via de regra, quinzenais. Em um segundo momento, sugeriu-se que a praça de entrada do bairro fosse apropriada como espaço para as reuniões. Esta alteração foi determinante para a ampliação da participação dos moradores (de 7 a 10 participantes, ao início, para aproximadamente 50 pessoas).

Um outro recurso utilizado, sugerido pelos moradores no sentido de ampliar a participação, foi a realização de um encontro, nomeado “caldo com prosa”, que configurou-se como um elemento atrator de indivíduos ainda não conectados à rede em constante crescimento. Tal encontro foi divulgado por faixa informativa em local de grande visibilidade e por folhetos distribuídos no bairro.

As reuniões serviram para agregar moradores dispostos a agir por práticas colaborativas, sempre a partir do compartilhamento de informações em rede. Assim, os laços sociais foram continuamente sendo fortalecidos em razão dos contatos estabelecidos, construindo-se, dessa maneira, o sentimento de grupalidade e/ou pertencimento, mesmo que provisórios, mas necessário para a busca do interesse comum (PELBART, 2011). Diante disso, uma rede formou-se, assim definida por Latour (1994) como algo flexível e empírico, cuja dinâmica se dá por processos de associações e composições, sempre em construção.

Com relação à linguagem, adotou-se aquela em prol da comunicação, orientando, com isso, as atividades dos estudantes e pesquisadores na elaboração de representação e suporte de informações a serem compartilhadas (maquete, fotos, cartilhas, exemplificando materiais propostos e simulando possibilidades), a partir do estabelecimento do interesse comum de construir coletivamente a nova praça.

Diante disso, o desenho técnico ou a informação codificada, próprios do campo da arquitetura, foram totalmente destituídos de sua função convencional, identificada por Ferro

(2006, p.199) como ordem de serviço ou ”instrumento de quem não espera a participação lúcida do operário”.

A partir dos diálogos estabelecidos em rede, os envolvidos decidiram pela primeira ação na praça: execução do muro de contenção e da escada de acesso da rua à praça, com uso de pneus descartados na RMBH, minimizando o impacto ambiental causado pelo descarte irresponsável dos mesmos na cidade. As ações seguintes seriam discutidas e acertadas à medida que a produção do espaço, em etapas, fosse sendo concluída. Essa ação é entendida como tempo necessário para que os moradores se apropriem das informações e da ação primeira.

A produção da praça aconteceu nas manhãs de domingo em função da disponibilidade da grande maioria dos moradores. Ao longo do processo, as tarefas foram distribuídas – desde a coleta de materiais e das ferramentas até a elaboração de lanche para os participantes, demonstrando que diversas habilidades e capacidades são necessárias na prática colaborativa.

Apesar das dificuldades reais encontradas, em relação aos recursos físico-financeiros, disponibilidade de tempo, deslocamento dos professores e estudantes, interrupção do apoio da PMNL, foi possível identificar avanços no *construir juntos*. As atividades proporcionaram a todos a vivência de uma prática colaborativa ativa, na qual as decisões tomadas para a produção do espaço foram resultantes dos diálogos propostos (lugar do encontro dos diversos saberes). As respostas foram descobertas e inventadas a partir da construção de um *terceiro* saber e não transmitidas por alguém que supõe deter o conhecimento, seja científico ou prático. Essa experiência aproximou-se da abertura na qual universidade e centros de saber deveriam deixar de ser campos exclusivos e privilegiados, e passarem a acontecer em “todos os lugares onde o saber é convocado a converter-se em experiência transformadora” (SANTOS, 2008, p.20).

Também ficou evidente que a prática social compartilhada, inserida na realidade sócio-econômica real, amplia a oportunidade de inserção do cidadão no processo de tomada de decisões de produção do espaço urbano e a conseqüente inserção do mesmo na cidade. Além disso, os processos compartilhados pelos estudantes também se mostraram mais eficazes do que os tradicionais métodos de ensino do projeto arquitetônico em sala de aula, normalmente descolados da realidade sócio-econômica.

5. NOVAS QUESTÕES

Apesar dos avanços apontados, detectam-se ainda dificuldades no entendimento das informações compartilhadas e dos limites da representação da informação técnica. Acata-se aqui a necessidade de se investigar suportes de informações pertinentes ao *terceiro* saber, a ser compartilhado em rede, permitindo um amplo e real avanço na produção de respostas coerentes para todos os participantes.

Observa-se também que moradores envolvidos de alguma maneira com o ofício da construção civil se posicionam de forma mais ativa no momento da produção do espaço, compartilhando informações, soluções e possibilidades. Diante disso, percebe-se a urgência da ampliação da rede por meio da inserção dos construtores do bairro, cujos saberes possam ser ativados e compartilhados para questões específicas e locais, tais como, contenções, drenagens, apropriação dos aclives e declives, etc. Pela rede, a construção de uma plataforma colaborativa de saberes construtivos é possível e real, reforçando a produção do espaço urbano como lugar do encontro dialógico e inventivo.

Avanços também precisam ser conquistados em relação ao saber prático frente ao saber acadêmico. Se processos compartilhados da produção do espaço urbano são considerados como atividades acadêmicas obrigatórias em currículos de cursos relacionados, como por exemplo, o curso de Arquitetura e Urbanismo, recursos necessários à viabilização de tais processos podem ser providos, tais como transporte, equipamentos e apoio logístico.

Outro ponto importante diz respeito à continuidade do processo. O compartilhamento de informações pressupõe a transformação de saberes que se dá ao longo do tempo em razão da construção da rede, da identificação do interesse comum, da disponibilização de recursos financeiros, dos instrumentos de representação, dentre outros. Os processos de tomadas de decisão também demandam tempo para amadurecimento e legitimidade por parte dos envolvidos – moradores, academia, técnicos e poder público. No caso específico de Capela Velha, observa-se a fragilização social e política dos moradores, na medida em que, muitas vezes, transferem a responsabilidade do acesso e produção do espaço urbano ao poder público. Com isso há dificuldades no entendimento de que ações coletivas e compartilhadas podem e devem ser incentivadas.

Por fim, a mediação da informação entre estudantes de graduação, pesquisadores e moradores, mantendo a regularidade do processo e a alimentação da rede, é fundamental para o prosseguimento dos processos compartilhados.

6. AGRADECIMENTOS

CNPq, Fapemig, ProEx/UFMG e Capes.

7. REFERÊNCIAS

FERRO, Sergio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac&Naify, 2006

LATOUR. Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

PÁL PELBART, Peter. A comunidade dos sem comunidade. IN: PÁL PELBART, Peter. *Vida Capital, Ensaios de Biopolítica*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011, p.28-41.

PMNL/FIP - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA / FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO. *Plano Local de Habitação de Interesse Social de Nova Lima*. Belo Horizonte: Fundação Israel Pinheiro, 2006.

PMNL – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. *Caracterização de Capela Velha*. Nova Lima: Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, s.d.

SANTOS, Boaventura. A encruzilhada da universidade. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20encruzilhada%20da%20Universidade%20Europeia_Set11.pdf>. Acesso em junho de 2012

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

---

[i] Mais informações: http://www.arq.ufmg.br/praxis

[ii] O artigo 5o da Lei Federal 11.888/2008 prevê convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia para capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica.

[iii] Relatório da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Fonte: http://www.camara.gov.br

[iv] Ver, por exemplo, as ações pretendidas pelo grupo Clube da Reforma: "O benefício gerado às famílias trará ganhos às empresas, melhor resultado para os trabalhos das organizações sociais em projetos nas comunidades e oportunidade aos profissionais envolvidos."
http://www.abcp.org.br/conteudo/imprensa/clube-da-reforma-e-lancado-na-abcp

[v] "A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva". Entrevista de Boaventura de Sousa Santos à *Diversa*. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Ano 3, n.8, Out. 2005.

[vi] Grande parte das informações referem-se ao documento "Caracterização de Capela Velha", produzido pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Prefeitura Municipal de Nova Lima.

[vii] Ministrada pela Profa. Denise Morado, curso diurno.

[viii] Ministrada pela Profa. Junia Ferrari, curso noturno.